

A Ressignificação da Gestão Democrática: Igualdade, Desigualdade e Diferença

O debate atual a respeito da gestão democrática da educação encontra-se imerso num terreno de profunda ambiguidade, onde portadores de diversas e antagônicas visões de sociedade, disputam no mesmo palco a paternidade de princípios como democracia, participação, autonomia, conferindo-lhes significados diversos, embora não de forma explícita

Andréa Caldas Nunes

Professora do Setor de Educação/UFPR

A implementação dos mecanismos concretos de democratização da gestão esbarra na polissemia não declarada, contribuindo para dispersar e atomizar esforços contínuos que dão conta de concretizar as bandeiras proclamadas.

Diferentemente do contexto do final dos anos 70, onde a luta das forças progressistas fazia-se claramente na direção da democratização se mais nitidamente com os apologistas do regime ditatorial, hoje faz-se necessário o refinamento da reflexão em torno das visões de gestão "democrática", enunciadas e pretendidas na arena educacional e social. Tal compreensão, longe de ser lograda somente a partir de jogos semânticos, deve necessariamente descortinar, no contexto e portanto, na práxis social mais ampla, os fundamentos objetivos que sustentam as diferentes concepções em debate.

I- Globalização e Neoliberalismo: as implicações para a sociedade nacional

O momento que vivemos é descrito por Frigotto (1996) como de profunda morbidez, conjugando uma crise real do capitalismo à "síndrome do fim" (da história, das classes sociais, da razão, das utopias ..), anunciada pelos apóstolos de deus mercado "Esta morbidez explicita-se hoje, tanto no processo

material concreto da reestruturação produtiva sob a lógica da globalização excludente, quanto pela superestrutura ideológica do neoliberalismo que lhe dá sustentação." (FRIGOTTO, 1996, p 76)

Trata-se, na verdade, de uma estratégia necessária como saída política, econômica, jurídica e cultural específica para a crise hegemônica, que começa a atravessar a economia do mundo capitalista, como produto do esgotamento do regime de acumulação fordista iniciado a partir do fim dos anos 60 e começo dos anos 70. E portanto, não a opção 'natural' à saída da crise e sim, a opção dominante, bem como a interpretação dominante do significado desta crise.

Objetivamente, há um esgotamento da capacidade do estado "keynesiano" como consequência do endividamento e déficit público (outrossa utilizados como forma de incremento à produção), gerando fortes surtos inflacionários desestabilizadores da economia. Há, também, uma crise de hegemonia norte-americana no contexto do mercado mundial, principalmente graças à configuração de novos pólos hegemônicos (Japão, Alemanha, etc.), bem como a industrialização dos países do Terceiro Mundo (antes meros mercados cativos).

As combinações desses fatores põem em cheque a capacidade de consumo de massa e, conseqüentemente, a produção em larga escala,

características do fordismo. As saídas dominantes, obviamente, não questionam a natureza e o modo de produção e sim imprimem a ele "uma renovada morfologia de conteúdo transitório e relativamente estável" (GENTILI, 1994, p 231), neste caso específico: a passagem do fordismo à acumulação flexível, fundamentalmente centrada na superação da rigidez do modelo anterior, com vistas a um incremento da produtividade e maior capacidade competitiva.

No entanto, o conceito de "produtividade" também sofre alterações e esta passa a ser buscada não mais através do aumento da população consumidora (como no fordismo) e sim na diversificação do reduzido mercado consumidor. Trata-se, não de produzir a qualidade em escala e sim "qualidades diferenciadas" para alguns.

Neste contexto também se insere a nova configuração da divisão internacional do trabalho, que redivide os países não mais somente em produtores e consumidores e sim, em produtores hierarquicamente diferenciados. Ou seja, o Terceiro Mundo deixa de ser simplesmente (sem deixar de sê-lo também) um consumidor em potencial para ocupar um lugar na "grande fábrica global", mais especificamente o da "linha de montagem", reservando aos países centrais o papel de "gerentes mundiais".

Este processo vem sendo denominado

como "globalização", principalmente a partir dos anos 80, tendo como ponto de partida decisivo a questão econômica e envolvendo desdobramentos importantes no campo da política, da cultura, da sociedade, da tecnologia, entre outros, cuja complexidade e dinamicidade ainda está longe de ser inteiramente compreendida, envolvida, envolvendo muitas vezes polarizações entre os que acreditam que vivem uma nova era na história da humanidade (inclusive para alguns entendida como a superação da sociedade capitalista e para outros como a sua eternização definitiva) e aqueles que não vêem "nada de novo" neste momento.

1.1. Globalização: um novo ou velho processo?

É preciso reconhecer que este processo tem, sem dúvida, raízes longínquas e já Marx, em *O Capital*, identificara o comércio mundial como o espaço de desdobramento do valor universal das mercadorias. No Manifesto Comunista apontava a internacionalização como uma importante característica e condição da acumulação capitalista, que na realização da sua máxima lei acumular, acumular" não tem fronteiras, nem pátria.

No entanto, ainda que a tendência geral já estivesse desde sempre delineada, considerando "os elementos e relações invariantes do modo de produção capitalista" propostos por Marx², há que se perceber que a conjuntura atual apresenta uma dimensão nova e desafiadora que ainda que possa ser interpretada como "uma combinação renovada de elementos antigos no âmbito da lógica da acumulação do capital" (HARVEY, 1989, p 184), tem posto em cheque muitos dos quadros de referência da ciência política, elaboradas com base na dinâmica da sociedade nacional (IANNI, 1998, p. 17), considerando que a realidade evolui mais rapidamente do que a nossa capacidade de compreendê-la.

Ainda assim, muitos autores, numa perspectiva chamada por Dowbor (1998) de saltos intuitivos, ou seja, as primeiras e provisórias generalizações de um quadro mais complexo, têm apontado alguns elementos que poderiam ser considerados como tendências estruturadoras do momento atual. Estas

envolvem, segundo o mesmo autor, a revolução tecnológica, sem o comparável avanço em termos institucionais e, portanto, com controles tíbios - como os de um "fusca" para comandar um avião moderno; o espaço supranacional regulado de fora do âmbito das nações, a polarização econômica e social cada vez mais acentuada entre as regiões e no interior delas, a urbanização colocando em cena o poder local e pondo em cheque a idéia de governo central (típica da vida rural) e as transformações estruturais do trabalho, configurando um mercado segmentado (DOWBOR, 1998.)

Estas transformações, mais especificamente as do trabalho, resultantes da combinação da revolução tecnológica, da crise de consumo e crescimento, das mudanças institucionais, e ao mesmo tempo determinadas destas, sob a lógica do capital, fazem saltar aos nossos olhos a profunda contradição vivida pela humanidade no momento atual, por nunca ter tido tanta capacidade científica e técnica para satisfazer as necessidades humanas e diminuir o tempo de trabalho necessário, aumentando o tempo livre, tendo entretanto gestado um grave quadro de exclusão, onde dois terços da humanidade sequer contam com condições de sobrevivência biológica (FRIGOTTO, 1996, P 76).

Se observar-mos uma melhoria de condições de trabalho e, inclusive, de gestão do trabalho, para um setor restrito e hierarquizado da força de trabalho, verificamos uma periferia cada vez mais composta por trabalhadores temporários, subcontratados, além da revitalização de arcaicas relações pré-capitalistas, como a "empresa familiar", o trabalho escravo e o setor ilegal (drogas, contrabando, falsificação, prostituição, tráfico de órgãos, desmatamento e outros), associados à lógica cada vez mais global e diversificada da acumulação com base na exploração humana, das formas mais sutis até as mais brutais.

Este quadro, agrava a dívida social dos países menos desenvolvidos e cria uma sociedade heterogênea e fragmentada marcada por profundas desigualdades de todo tipo - classe, etnia, gênero, religião, etc. Uma sociedade que se converte em uma justaposição de universos sociais que já quase

não mantêm vínculos entre si, debilitando-se até limites extremos a integração social e dissolvendo os laços sociais e a trama da solidariedade preexistente.

O Estado Nacional, em outras épocas alçado à condição de articulador da integração social, encontra-se em crise frente à crescente transnacionalização da economia, que reorienta e reduz a capacidade decisória do governo nacional, generalizando as injunções externas de organizações multilaterais (IANNI, 1998, p .18)

Mesmo considerando que estas "interferências" não são novas e acentuaram-se no processo capitalista, principalmente no final do século passado e início deste, no contexto do imperialismo, tendo se intensificado a partir da Segunda Guerra Mundial, é importante ressaltar que deste período até os anos 70 " a forma de concentração do capital que constituía a base desta internacionalização aglutinava fronteiras e inter-relacionava governos" (BRUNO, 1997, p. 16) Atualmente o que se observa, cada vez mais crescentemente, é a regulação macroeconômica não mais entre nações mas, por sobre estas. Se a internacionalização pressupõe a existência das nações, ainda que em graus diferenciados de soberania, a transnacionalização ultrapassa a dimensão nacional, integrando não mais nações mas, conjugando a ação de grandes grupos econômicos, conglomerados e corporações (BRUNO, 1997).

O governo nacional, que na fase de internacionalização da economia do pós-Guerra era um importante personagem, muitas vezes tinha seus os governantes "afastados" (nacionalistas ou de esquerda, de modo geral), já que poderiam obstaculizar o expansionismo, principalmente norte-americano na época. Mas hoje encontra-se subordinado cada vez mais às veleidades das grandes empresas, que passam a praticamente definir as políticas públicas de cada país, pela lógica anárquica do mercado, e da busca ou abandono de mercados consumidores e produtores.

"O dinamismo das forças que operam no mercado mundial põe em causa várias características da sociedade nacional, tanto dos

países pobres, periféricos, dependentes, como de ricos, desenvolvidos, industrializados dominantes. A reprodução ampliada do capital, na medida em que se intensifica e generaliza, põe em causa fronteiras, códigos, constituições, moedas, estilos de gestão econômica, privada e pública, práticas de planejamento governamental e empresarial, projetos de desenvolvimento." (IANNI, 1993, p. 40).

Com isto, se reduz drasticamente a possibilidade de projetos nacionais independentes e soberanos, isto é, qualquer projeto de desenvolvimento somente pode ser proposto e realizado a partir do patamar estabelecido por uma economia política mundial (IANNI, 1993, p. 47). O Estado-Nação entra em declínio como realidade e conceito, e ainda que não deixe de existir, deve reformular-se, recriando os projetos nacionais sob outras condições (IANNI, 1995, p. 196).

O princípio de soberania nacional é posto em cheque, à medida em que crescem as injunções externas, redefinindo o papel que ocupam as forças sociais internas, no que se refere à relação com o poder estatal, acentuando o hiato histórico entre sociedade civil e Estado, em países como o nosso. O globalismo é gestado desde cima, colocando as organizações locais na defensiva, principalmente as populares.

No caso do movimento sindical, esta lógica, combinada com as transformações no mundo do trabalho e o crescente quadro de exclusão social, contribui para mergulhá-lo numa das mais profundas crises já vividas e tornando o internacionalismo, bandeira dos movimentos socialistas, predominantemente, burgueses. (ALMEIDA, 1997, p. 179).

Esta destruição dos sindicatos passa a ser completamente funcional ao novo modelo de relações Capital, Trabalho e Governo. Se, no fordismo, esta tríade, embora desigual na distribuição de poderes, funcionava a partir do pressuposto da existência dos três elementos de forma institucional e organizada, na era da acumulação flexível o Capital combate a rigidez das formas institucionais, tanto as do Estado quanto as do Trabalho.

Já no fordismo e no Estado de Bem-Estar Social, ainda que em troca de uma atitude

cooperativa dos sindicatos, favorecia-se o trabalho sindicalizado, nos países desenvolvidos. Esta direção, que começa a ser buscada no Brasil a partir das lutas dos anos 80, mal tem tempo de se institucionalizar na Carta Constitucional de 1988 e já se defronta com a guinada conservadora que, no mundo todo intenta superar a resistência da classe trabalhadora, na adoção do modelo mais fluido (e inseguro para o trabalho) da acumulação flexível. Assistimos ao "assassinato" do movimento sindical, ainda no berço. O capitalismo busca se organizar, portanto, não sob as bases do Estado e do movimento sindical (mesmo dócil), mas através da dispersão e flexibilidade. (HARVEY, 1989).

A classe-que-vive do trabalho é afetada por estas mudanças não só na sua materialidade como na sua subjetividade (ANTUNES, 1997, p. 15), pondo em cheque os projetos coletivos e mesmo as lutas corporativas, em troca da instauração do individualismo e da competitividade entre os trabalhadores, como forma de obtenção de ganhos de produtividade diferenciados e excludentes ou, até mesmo, como garantia do emprego. O outro trabalhador é visto, não mais como um companheiro, mas como um adversário ou obstáculo à ascensão ou sobrevivência individual.

A lógica despótica do taylorismo é combinada com outra mais sutil e manipulatória, a dos programas de Qualidade Total, que buscam a adesão dos trabalhadores ao projeto da sua própria exploração. A classe trabalhadora se estratifica e, muitas vezes, se antagoniza com os "desempregados", estrangeiros, criando um sistema de castas internas que se degladiam e se estranham. O Poder Sindical tradicionalmente ligado aos trabalhadores estáveis, perde suas referências. As Centrais Sindicais que se colocavam frente ao desafio de aglutinar e unificar as diferentes corporações, assistem ao crescimento dos subempregados e desempregados. A luta pela inserção no local de trabalho, como alternativa de superação do burocratismo sindical, é cooptada pelo capital que estimula os sindicatos por empresa, de participação, em lugar do controle da produção.

As tradicionais estruturas de representação coletiva dos interesses populares se acham em

crise. Partidos e sindicatos percebem como sua eficácia reivindicativa e sua credibilidade sociais são erodidas pelas tendências irracionais do capitalismo liberal, que destrói precisamente as arenas nas quais, tanto uns como outros, devem desenvolver suas iniciativas. (BÓRON, 1995, p. 104-108).

Assiste-se a um esvaziamento da política, restando o "salve-se quem puder" que abdica qualquer esforço coletivo de organização e representação. É a pulverização do mercado transferida para a arena política, contribuindo para o progressivo esvaziamento de conteúdos e propósitos, como resultado do qual a democracia fica convertida "em uma monstruosa caricatura de si mesma". (BÓRON, 1995, p. 110).

A política se desterritorializa e se realiza no mundo virtual da Mídia, que atravessa diferentes esferas sociais, culturais e nações, transformando-se no "intelectual orgânico das classes ou blocos de poder dominantes no mundo" (IANNI, 1997, p. 22), deixando para trás a dinâmica das organizações populares, assentada no local, nacional ou mesmo regional e mundial. A mídia aparece como o norte, a orientação e informação que o povo anseia em tempos de insegurança.

Conformando uma homogeneidade de discurso e esterilizando os antagonismos³, consubstancia uma nova forma de "violência simbólica", definida por alguns autores como globalitarismo:

"Um fenômeno de escala global com que progressivamente vai ocorrendo a expansão de formas autoritárias que perpassam a economia, as estruturas políticas, afirmando valores éticos e padrões estéticos, que configuram um modo impositivo de organização da sociedade, embora os mecanismos democráticos permaneçam formalmente existindo." (MANCE, 1995, p.50)

Esta globalização de uma única visão de mundo, tornando globais os valores liberais sob o invólucro de neoliberalismo, tem como portadores materiais privilegiados os organismos multilaterais, que buscam a adesão e/ou a coação dos governos e das sociedades aos seus preceitos.

1.2- O neoliberalismo e o receituário para a educação

As diretrizes do Banco Mundial, no caso das políticas governamentais, configuram uma das formas privilegiadas de "plasmação de estilos de vida" (HARVEY, 1989), com vistas à sedimentação da hegemonia ideológica, necessária à implementação de um novo regime de acumulação e um novo modo de regulamentação social e política a ele correspondente mais precisamente, no que se refere à orientação, aos países periféricos, da "redução dos gastos públicos" fundamental ao pagamento dos serviços da dívida externa, bem como, na adequação educacional ao novo mercado global (preparação da população trabalhadora para ocupar os postos que lhe cabem na "esteira de produção").

No caminho da reconstrução da hegemonia dominante, faz-se necessário afastar os potenciais opositores, seja através da repressão (desmantelamento dos sindicatos, ditaduras) - uma vez que para os neoliberais "a liberdade e a democracia podem tornar-se incompatíveis"⁴ (ANDERSON, 1995, p 20), seja através da criação de um novo marco simbólico-cultural, que exclua ou redefina princípios como o direito e a democracia "reduzindo-os a sua mera formulação discursiva vazia de qualquer referência de justiça e igualdade" (GENTILI, 1994)

Não é precisamente uma casualidade que a crítica ao Estado tenha começado a aumentar no período de redemocratização da América Latina (BÓRON, 1995, p 77), uma vez que, ainda que de forma precária e inacabada, os anos 80 foram palco de importantes avanços no que diz respeito à questão democrática (mesmo nos marcos liberais) que ameaçavam romper com a "democracia de vitrine", há tanto tempo em vigor nos países capitalistas, em especial nas economias periféricas.

"O ataque ao 'estatismo' ocorre quando se descortina a possibilidade de que ele pode ser retirado da órbita da apropriação burguesa" (FERNANDES, 1996. p. 70).

A inesperada 'ressurreição' da sociedade civil no Brasil, obrigou a recolocar radicalmente os termos da questão democrática,

ultrapassando as fronteiras da matriz lockeana onde apenas o proprietário pode aspirar à cidadania

No entanto, para além das pretensões dominantes é preciso compreender as bases sobre as quais se assenta a hegemonia conservadora, que de fato vem sendo conquistada. Ou, em outros termos, por que



"Pleito Divertido" (detalhe), 1754, William Hogarth

as demandas democratizadoras dos anos 80 tiveram vida curta⁹ Gentili (1994), procura responder a essa questão articulando a desilusão dos intelectuais progressistas e a sociedade em geral, com o poder político pós-ditatorial, em quem confiaram a reinstauração democrática como forma de compensar as terríveis condições herdadas das ditaduras na região, com a incapacidade mesma destes governos de transição realizarem estas aspirações, devido a seu caráter ambíguo, caracterizado pela "continuidade negociada" do projeto de reestruturação capitalista, iniciado pelos regimes ditatoriais

Assim é que, se em 64 foi necessária a ruptura política para assegurar a continuidade do projeto econômico, nos anos 70, as pressões populares e a insatisfação com o regime fizeram da "transição lenta, gradual e segura" a opção histórica do "perder os anéis para conservar os dedos". Contudo, a democracia que se instaura a partir daí foi acompanhada por uma marcada piora das condições de vida, esvaziando-se de todo conteúdo.

Esse quadro de desilusão somado à "crise

do socialismo real" faz com que o neoliberalismo, ao se erguer sobre a anunciada morte das utopias⁵, se apresente como a única e natural alternativa tendo, o mercado, como o novo demiurgo da nova ordem, baseada na competitividade e no individualismo exacerbado.

No caso das políticas educacionais, instaura-se uma espécie de "conformismo pragmático", assentado na aceitação "de que nossos Estados se encontram quebrados financeiramente e, conseqüentemente, não existem recursos para satisfazer a cada vez mais intensa expansão do sistema. Ou seja, há um certo custo de eficiência que só pode ser pago pelas famílias, pela verbas das empresas privadas ou por aqueles pertencentes a uma instituição filantrópica e o velho modelo do 'feito Mateo' em sua versão conservadora: os que mais têm, mais terão, e os que menos têm, menos terão." (GENTILI, 1994. p. 175).

Essa equação tem se realizado através da descentralização da gestão no que se refere a manutenção das escolas e administração, combinada a cada vez maior centralização das decisões e controle. (NUNES, 1997)

A todo o momento se reafirma que "a descentralização deve presidir a formulação dos programas de ação das secretarias-fim do MEC, em estrita observância da política ora estabelecida", cujo controle será feito através do "sistema de informações gerenciais e estatísticas educacionais", estruturado a partir dos processos de avaliação cujos parâmetros serão definidos "pelo alto" - com a participação do CONSED, UNDIME e entidades representativas das instituições de ensino superior.

Trata-se aqui, também da inversão de papéis (ao Estado, o controle e à sociedade civil, a execução). É a velha fórmula brasileira de "democracia monárquica", onde se permite que a cada espaço de tempo (um mandato), os "súditos" elejam um novo "monarca", ao qual deverão obediência e subordinação.

Contudo, além deste traço autoritário e esperto da política governamental, que transfere

as tarefas à sociedade, reservando a si a missão de controlar "os lobos" (no sentido Hobbesiano)⁷, há outra razão para se insistir nesta "participação tutelada" da sociedade - a adesão aos projetos, com a consequente redução das possibilidades das "pressões sociais (...) que condiciona indiretamente a eficiência dos mercados" (BID, PNUD)⁸.

É também neste sentido, que as diretrizes do Banco Mundial têm enfatizado a importância do envolvimento da sociedade na política educacional. A participação da "família", nas instituições escolares, é pensada como estratégia de automatização financeira das escolas, bem como, de estímulo à competitividade entre as escolas, através da possibilidade, dos pais (consumidores), exercerem a escolha entre distintas escolas (fornecedores), o que é entendido como ingrediente fundamental para melhoria da qualidade:

"Muchos países han observado que las comunidades que participan en la administración escolar están más dispuestas a contribuir al financiamiento de al enseñanza" (BANCO MUNDIAL, 1995).

Há uma grande preocupação com a diminuição de custos do financiamento da educação, para o que são propostas uma série de alternativas, como a "parceria" com a iniciativa privada, o financiamento local e até a cobrança de "derechos" dos pais e alunos. A participação dos pais na administração tem, neste caso, um duplo sentido: convencê-los a contribuir financeiramente com a escola e buscar uma otimização dos recursos (no interesse dos próprios financiadores, ou seja, os pais).

No entanto, o Banco Mundial assinala o risco dessa descentralização como a perda de controle do governo sobre a política educacional e recomenda enfaticamente: limitar a participação dos professores às questões relativas à instrução, ensinar os pais como "administrar bem" as escolas⁹; estabelecer normas a nível nacional e mecanismos de avaliação de rendimento; definir uma clara separação entre administração local e controle central, condicionar o financiamento ao cumprimento da política central,

"Ni el plan de estudio ni el financiamiento

de la educación se ha dejado en manos de la escuela..." (BANCO MUNDIAL, 1995).

Quanto às reações e protestos que possam surgir na sociedade e, especialmente da classe média e sindicatos, sugerem-se duas medidas: introduzir as mudanças das formas de financiamento e administração, quando da ampliação das oportunidades educacionais e intensificar a participação da comunidade, para neutralizar a participação organizada dos sindicatos.

"Cuando aumenta la participación de la comunidad y los padres, así como la de los alumnos (...) puede compensar en gran parte de los intereses creados, tales como los sindicatos de maestros y a elite" (BANCO MUNDIAL, 1995, p.113).

Para tanto, adota-se a estratégia da descentralização-centralização ou, em outros termos: "manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais" (ANDERSON, 1995, p. 11).

Para as escolas, os professores e suas organizações, o que decorre dessa política é, além da aberta repressão, desencadeada pelo Estado, revivendo antigas práticas do período ditatorial¹⁰, o fato de que tais atitudes, se encontram quase que legitimadas, sob a ideologia do "individualismo exacerbado", que descrê e desdenha as formas de organização coletiva, chegando inclusive a apontá-las como nefastas, sob o pretexto de serem corporativas e atrapalharem o Estado na sua missão de atender o "bem comum".

Em suma, uma revitalização enviesada das idéias do "laissez faire", na exaltação do indivíduo (abstrai) e do Estado neutro, num país onde sequer princípios de cidadania formal são assegurados ao conjunto da população e, ao contrário, o Estado se encontra cada vez mais manipulado por políticas de lobby de grupos políticos conservadores, mesclados à capitulação às diretrizes internacionais. Ou seja, intenta-se combater o "corporativismo" com práticas que estão inclusive aquém dele.

2.A nossa proposta

Diante deste contexto, o conhecimento disponível parece-nos ainda muito pequeno e isto tende a produzir situações de perplexidade

e desânimo, porém também estimula a realização de novos estudos e debates, que busquem vislumbrar, no interior da "nova ordem", outras perspectivas de luta pela transformação social (ALMEIDA, 1997, p. 177). Tal busca é estimulada, não somente por uma convicção ideológica, mas principalmente, pelas contradições cada vez mais visíveis desta globalização excludente quando abdicar de projetos voltados para a transformação significa abdicar da capacidade humana de dirigir e produzir sua existência.

Sem dúvida, tal suposição não pode assentar-se numa convicção voluntarista e ingênua de que nada mudou. Ao contrário, é preciso aprofundar o nosso conhecimento da situação, que vai se tornando possível historicamente, à medida em que, o processo se desenvolve e deixa-se mostrar mais evidentemente, construindo então aproximações sucessivas, cada vez mais concretas, a partir das primeiras generalizações.

Assim é que, mesmo na defensiva, "as lutas de classe teimam em existir" (ALMEIDA, 1997, p 183), mostrando seus reflexos em alguns países, principalmente da Europa, com as primeiras mudanças dos perfis dos governos eleitos. No entanto, para além de rearticular as "lutas", importa saber o que reivindicar e frente a quem, num período ainda marcado por ausência de alternativas concretas ao capitalismo em crise.

O risco é, em alguns casos, na tentativa de combater a globalização transformarmos o Estado capitalista no maior objeto de nossas reivindicações, convertendo-o na vítima deste processo, numa utopia regressiva e nacionalista, contrariando o espírito das boas tradições socialistas. Não devemos esquecer, sem dúvida, que o Estado ocupa papel central na configuração das relações sociais de produção, o que não é a mesma coisa que reivindicar uma cidadania tutelada. (ALMEIDA, 1997, p 184)

Vigevani (1997, p.289) nos lembra que as relações internacionais contemporâneas, ainda que contando com grande dose de coação, principalmente econômica, não necessariamente se realizam como consequência do "uso direto ou indireto da força

- meio de todo não excluído - mas, sim como consequência da percepção [ou convencimento] de que se não aderirem sofrerão prejuízos maiores." Ainda que sob a vigência de relações assimétricas de poder, estes acordos contam com formas de consentimento, ou submissão ativa. O consenso, resulta da possibilidade de auferir determinadas vantagens, e não só de evitar prejuízos, como pode-se observar com os grupos econômicos locais e os governos nacionais, e até com camadas da sociedade com a classe média (encantada pela possibilidade de consumir importados) e outros. Ou seja, trata-se não só de uma imposição, mas também de uma difusão de visão de mundo.

Esta percepção nos desloca do terreno da inevitabilidade econômica e da conspiração política e nos coloca frente à necessidade de construir a contra-hegemonia. Ou seja, já na basta só denunciar a globalização, o FMI e o Banco Mundial, é preciso fortalecer uma nova concepção de mundo alternativa e possível historicamente.

2.1.A re-ressignificação dos princípios:

Conforme mencionado no início, uma das questões fundamentais da luta contra-hegemônica, no presente momento, é a clareza com relação às diferentes visões de mundo que perfilam o debate educacional, sem contudo explicitar com clareza o projeto de sociedade a que se filiam, apostando na confusão ideológica como mecanismo de cooptação e neutralização das forças progressistas.

Especificamente, com relação à democracia, esta diferença funda-se no que Bobbio (1995), definiu como designativo das concepções de esquerda e de direita, como resposta aos que sustentam não haver mais diferenças ideológicas fundamentais entre os grupos políticos antagonistas na luta de classes.

Segundo o autor, a aspiração à igualdade constitui a razão fundamental dos movimentos de "esquerda", enquanto que a "direita", caracteriza-se pela afirmação do inegalitarismo, como necessário e útil à humanidade, por promover "a incessante luta pelo melhoramento da sociedade" (BOBIO, 1995, p. 20).

Há portanto, nas teses do neoliberalismo, uma recuperação dos conceitos da vertente liberal-econômica, assentada na diferença e no direito à propriedade, conforme propugnado por Hobbes e Locke, em detrimento da concepção democrático-burguesa, defendida por Rousseau, para quem os homens nascem livres e iguais, e não podem renunciar a esses bens e não há liberdade onde não existir a igualdade, embora trate-se, neste caso, da igualdade jurídica. Esta concepção foi seguida por Robespierre, mas foi derrotada na história da Europa. Após as décadas de 1860 e 1870, "teremos uma fusão de liberalismo e democracia, isto é, uma ampliação do sufrágio universal, da igualdade jurídica. Uma mistura que, no entanto, reafirma o direito à propriedade" (GRUPPI, 1980, p.23), sustentando seu conceito de democracia na necessária "diferença" entre os homens, sem o que não pode haver competição e emulação, que move a sociedade capitalista e os indivíduos na busca de excelência.

Este debate envolve o desvelamento de um silogismo que traduz a perspectiva conservadora, em que a diferença é tomada como sinônimo de desigualdade, para que ressaltando a primeira se escamoteie a segunda.

Entretanto, muitas vezes, as forças progressistas, ao manter intacta a premissa conservadora que dispõe a equivalência entre desigualdade e diferença, combatendo a primeira negaram a segunda, utilizando das mesmas armas, ainda que com sinais invertidos, o que não lhe subtrai o caráter lacunar. Neste sentido, no combate à situação de desigualdade, perpetrada pelo capitalismo, tendeu-se sempre acentuar os elementos de confluência, as questões comuns, secundarizando as múltiplas diferenciações que, não necessariamente, ameaçam a unidade, mas, enriquecem-na, conferindo-lhe concretude e sustentando-na sobre as novas formas.

Trata-se, portanto, de reafirmar a luta pela igualdade coletiva, como síntese das diferenças, construindo processos democráticos, conforme sublinhado por Rosa de Luxemburgo.

"Sem democracia não pode haver participação popular e sem participação

popular, o governo dos trabalhadores corre o risco de se converter numa ditadura de partido ou mesmo numa ditadura pessoal (...) Liberdade é sempre a liberdade de quem pensa de modo diferente (...) Jamais fomos idólatras da democracia formal, mas isso quer dizer apenas o seguinte: sempre distinguimos entre o núcleo duro de desigualdade e servidão recoberto pelo suave invólucro da igualdade e da liberdade formais, mas não para rejeitá-las e sim para incitar a classe operária a não se contentar com elas e a tomar o poder político, a fim de preencher esse invólucro com um conteúdo social novo" (LUXEMBURGO, citada por COUTINHO, 1984, p.65)

Significa ressignificar a luta pelo poder, na direção da democratização radical que vai além da democratização dos aparelhos de Estado ou da "livre competição pelo voto livre" (Vigevani, 1997, p. 293), ou no dizer de Bobbio (1995) a luta pela democracia social e substancial, que invade todas as esferas da vida humana e transforma o "cidadão abstrato" em ser humano plenamente desenvolvido.

Isto supõe necessariamente dinamizar esta luta em âmbito global, inclusive com o debate a respeito do papel dos organismos internacionais, na direção da sociedade civil global, porém articulada às lutas concretas locais, que são ingredientes e expressões das lutas mundiais.

O global é sem dúvida o novo palco da história, mas não é um global genérico ou por sobre o local. A sociedade nacional não deixou de existir, no entanto articula-se dinamicamente e contraditoriamente com as dinâmicas da sociedade global. Local e global determinam-se reciprocamente, às vezes congruentemente, às vezes desencontrando-se. Mesclam-se e tencionam-se singularidades, particularidades e universalidades. (Ianni, 1995, p. 195).

Não há como ignorar os indivíduos, classes, grupos, nações, são estes que se globalizam: vivem, agem, pensam, aderem, protestam, transformam-se. A dialética entre o universal e o singular não prioriza um em detrimento do outro, mas reconhece que ambos se constituem reciprocamente, envolvendo múltiplas determinações, em que as partes produzem e reproduzem seus dinamismos e assimilam diferenciadamente os dinamismos locais. Assim

com a dinâmica do todo não se distribui uniformemente pelas partes, mas de forma desigual, combinada e contraditória (IANNI, 1995, p 205)

O desafio que se apresenta é exatamente aprender as particularidades e heterogeneidade, dentro do caráter global. Cada vez mais se impõe a necessidade de uma luta mais global e simultaneamente mais concreta, enraizada nos processos concretos. Lutar para transformar o local de trabalho e simultaneamente todo o mundo, sabendo que não há apriorismos mas simultaneidade dialética e portanto dinâmica, onde o obstáculo gera e dificulta a necessidade e a condição de transformação. Lutar por articular a classe-dos-que vivem do trabalho, cada vez mais complexa e diferenciada, aos que não conseguem sobreviver com e sem "trabalho". Lutar na relação com o Estado e para além dele. Entender a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo, buscando os germes da sua superação, num movimento voltado para a frente e não para o passado. E principalmente enraizar estas lutas nas práticas concretas e nos processos singulares, a fim de que tenha a "força das crenças populares", num movimento que vai além do local, sem, no entanto descuidá-lo. Sem dúvida, não há receitas, e ao contrário estamos longe da possibilidade de qualquer equacionamento definitivo. Há no entanto uma imperiosa necessidade de manter-se vivo como ser humano, realizando aquela que é a característica diferencial do mundo natural (e do mundo do mercado): a capacidade de produzir e projetar sua existência; numa palavra a possibilidade de sonhar e concretizar sonhos.

2.2 A construção da gestão democrática

Uma vez que a educação que se dirige para a 'humanização do homem' se rege pela 'universalidade' e pela 'socialização', pela constatação da desigualdade no ponto de partida e pela busca da igualdade no ponto de chegada (caso contrário ela perderia o sentido); a lógica de manter a 'saudável' desigualdade como propulsora do esforço e da conquista, defendida pelos neoliberais, chega mesmo a questionar a necessidade de educação, entendida no seu sentido pleno, ao professar

um perverso "darwinismo educacional". Não é possível pensar a tarefa da humanização às custas da desumanização de toda uma sociedade.

Trata-se então de inverter a tendência dominante na perspectiva de que é a partir da escola e da sociedade que deve ser exercido o poder de controle e o controle do poder, reafirmando o caráter público da educação e a responsabilidade do Estado pela sua manutenção.

"Democratização da administração não significa eliminar a presença do Estado dos serviços públicos, mas buscar mecanismos para submeter as decisões ao debate e ao controle pela opinião pública, pais, grupos, partidos. Este controle, porém não pode limitar-se a mecanismos formais e simbólicos como a maior presença dos pais e da comunidade na escola" (ARROYO, p 44/5)

A gestão democrática vai além da simples participação e supõe a constituição de sujeitos coletivos através de "formas de organização independente porque elas darão sustentação à participação nos colegiados que são criados" (SPÓSITO, p .50). É preciso que se afirme a gestão colegiada na escola, como a idéia de que é o Conselho Escolar o órgão máximo da direção, com, sentido organizador e deliberativo, e não no sentido da assunção das tarefas de manutenção do ensino público, de responsabilidade do governo, ao contrário deve ser o núcleo de pressão e resistência, de cobrança do dever do Estado na garantia de condições para a realização do projeto político-pedagógico, gestado democrática e articuladamente, tendo em vista não só as aspirações de cada escola mas principalmente as necessidades da maioria da população.

Isso supõe que a democratização radical transcende os muros da escola e se volta para o sistema educacional como um todo (que em nenhum momento nesse "arroubo participacionista" gestado pelas esferas governamentais é questionado), o que significa retomar a luta pela democratização do Conselho Nacional de Educação, pelo reconhecimento das organizações da sociedade como legítimas interlocutoras na definição da política educacional, etc significa ainda, afirmar a

democratização da educação brasileira, ou seja a garantia do acesso a um ensino de qualidade para todos.

E finalmente, a essa luta se articula a luta pela transformação da sociedade, entendendo que a realização plena da educação está condicionada à superação dos antagonismos sociais e portanto à construção de uma sociedade igualitária, cuja gênese é gestada a partir da sociedade atual. É preciso entender que este é o ideal a atingir, sem ignorar que as condições atuais são as de uma sociedade desigual, cuja superação se faz inclusive pelo desvelamento de seus conflitos - agir como se estivéssemos numa sociedade ideal, mascarando as contradições conduz ao imobilismo e nos distancia da luta. Portanto é necessário definir que a construção da gestão democrática se dá a partir da diversidade, do conflito, da divergência, buscando forjar o consenso possível, com os interlocutores possíveis nesta sociedade de classes. Significa pois banir a "idéia mística" de comunidade que elimina a priori a possibilidade do conflito como se todos já estivessem partilhando do mesmo ideal (SPÓSITO, p .47) e reafirmar a busca da unidade a partir do reconhecimento da organização autônoma dos diversos sujeitos coletivos, na direção da socialização do poder político e dos meios de produção.

Reafirmar a utopia da gestão democrática como "o lugar que ainda não existe mas pode vir a existir"¹ (PARO, 1987) se desejado e construído coletivamente. Reafirmar o sonho (e a luta) por uma sociedade radicalmente humana, porque sem essa crença a educação perde seu sentido e sua razão de ser, pois ela só existe, efetivamente, como busca da superação, que só é possível se for coletiva.

Bibliografia:

ALMEIDA, L.F. *Entre o local e o global: poder e política na alva fase de transnacionalização do capitalismo*. In: DOWBOR, L. {org.}. *Desafios da Globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997,

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. SP: Cortez, 1997.

ANDERSON, Pery. *Balanço do Neoliberalismo*. In: GENTILI & SADER (org.) *Pós-neoliberalismo: as*

políticas sociais e o Estado democrático. RJ, Paz e Terra, 1995

ARROYO, Miguel. *Administração da Educação: poder e participação*. Educação e Sociedade. SP, 2:36/46, jan. 1979

BANCO MUNDIAL. *Prioridades y estratégias para la educación: estudio sectorial del Banco Mundial* (mayo de 1995)

BOBBIO, N. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. SP. Editora da UNESP, 1995.

BÓRON, A. *A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal*. In: GENTILI & SADER (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. RJ: Paz e Terra, 1995

BRUNO, Lúcia. *Poder e administração no capitalismo contemporâneo*. In: OLIVEIRA, D.A. (org.). *Gestão democrática da educação*. Petrópolis: Vozes, 1997.

CORAGGIO, J.L. *Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção?* In: TOMMASI, L. et alii. *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. Cortez. SP, 1996.

COUTINHO, C.N. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2ª ed., RJ: Salamandra, 1984.

DOWBOR, Ladislau. *Globalização e tendências institucionais*. In: DOWBOR, L. (org.) *Desafios da Globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FERNANDES, F. *A transição prolongada: o período pós-constitucional*. SP: Cortez. Nova República. RJ: Zahar, 1986.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A formação e profissionalização do educador: novos desafios*. In: CNTE e organizadores. *Escola S.A. Brasília*. 1996.

GENTILI, Pablo. *Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Vozes, Petrópolis, 1995

O discurso da "qualidade" como nova retórica conservadora no campo educacional. In:

GENTILI & SILVA (org.) *Neoliberalismo. Qualidade Total e Educação, visões críticas*. Vozes, 1994

& SADER, E. (org.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Paz e Terra. RJ, 1995

GONÇALVES, M.D.S. *Autonomia da Escola e Neoliberalismo: Estado e Escola Pública*. PUC. SP, 1994 (tese de doutorado)

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. SEED. *Educação: canal aberto para um novo tempo*. n.º 1, março de 1996

Educação: canal aberto para um novo tempo. n.º 2, maio de 1996

A Escola do Amanhã, (s/d)

Plano de Ação (s/d)

GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel*. Porto Alegre: L&PM. 1983.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. SP: Loyola, 1992. IANNI, Otávio. *A idéia de Brasil Moderno*. SP, Brasiliense. 1992.

IANNI. *A idéia de Brasil Moderno*. SP. Brasiliense, 1992

. *Teorias da Globalização*. RJ: Civilização Brasileira, 1995. *A sociedade global*. RJ: Civilização Brasileira. 1993. *A política mudou de lugar*. In: DOWBOR, L. (org.). *Desafios da Globalização*. Petrópolis: Vozes. 1997.

MANCE, Euclides A. *Subjetividade, Globalização e Totalitarismo - Elementos para um Estudo de Caso: O governo.. Curitiba. março/1998* (versão preliminar)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. *Planejamento político-estratégico (1995/98)*. maio de 1995

NUNES, Andréa C. *Gestão democrática ou compartilhada: uma (não) tão simples questão de semântica*. Caderno Pedagógico, n.2. Curitiba: APP - SINDICATO. 1999

PARO, V. *Administração escolar: introdução crítica*. Pioneira, SP, 1986

A utopia da gestão escolar democrática. Cadernos de Pesquisa, SP (60): 51 - 53, fev. 1987

SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. Cortez, SP, 1983 SPÓSITO, Marília. *Sistemas de Ensino e Gestão Democrática* (mimeog.)

VIGEVANI, T. *Globalização e política: ampliação ou crise da democracia*. In: DOWBOR, L. *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

NOTAS

¹ Vigevani (1998) destaca entre os vários autores da globalização. Roscrañc (1986), como tendo sido o que mais destacadamente contribuiu para a definição do seu significado conceitual específico, vinculando-o ao menos inicialmente aos estados marcadores.

² Estes elementos são, segundo síntese de Harvey crescimento, exploração do trabalho e dinamicidade e se apresentam no capitalismo como condições necessária, porém inconsistentes e contraditórias, o que leva às crises constantes. (HARVEY. 1989. p. 164)

³ Fernando Barros e Silva, citando Ignacio Ramonet em *Geopolítica do Caos*, assim se refere ao Globalitarismo: "O novo totalitarismo, o dos mercados e da lógica inexorável da economia, não precisa mais sufocar os opositores, censurar a imprensa. Pelo contrário, ele os estimula na medida

exata em que toda essa ilusão democrática vai perdendo a capacidade de constituir um contrapeso ao curso autodestrutivo do capitalismo. "(Folha de São Paulo. 27/9/98)"

⁴ O chamado movimento neoliberal capitaneado por Friederich Hayek defende a desigualdade como condição de exercício da liberdade, resgatando os princípios do "liberalismo econômico" que postulam a "democracia dos proprietários" (LOCKE - 1632-1704)

⁵ Francisco de Oliveira, em artigo intitulado "Neoliberalismo à brasileira" (GENTILI & SADER (org). 1995), indica como a maior letalidade do neoliberalismo o fato de que "ataca as bases da esperança que se construiu nos anos mais duros (...) e metamorfoseia esse movimento de esperança num movimento derrotista." (p.27)

⁶ COUTINHO (1984) define como característica das transformações ocorridas em nossa história a chamada "via prussiana". caracterizada pela "conciliação entre os representantes dos grupos opositores economicamente dominantes, que se expressa sob figura de reformas pelo alto (...) com a intenção explícita de manter marginalizadas, fora do âmbito das decisões as classes e camadas sociais de baixo" (p. 132).

⁷ HOBBS (1588-1679) postulava a tese de que "cada homem é um lobo para o seu próximo" e para evitar que se destruam uns aos outros criam um Estado absoluto, de poder absoluto para refrear os egoísmos. (GRUPPI. 1980. p. 12).

* Reforma social e pobreza: hacia una agenda integrada de desarrollo. Washington, 1993 -citado em Coraggio, 1996.

⁹ No órgão de divulgação da SEED/PR: "Educação; canal aberto para um novo tempo" (n.º 1, março de 1996). informa-se que em Palmeira "16 escolas fecharam parceria com o SEBRAE-PR para implantar o Programa de Qualidade Total."

¹⁰ No ano de 1998 o Governo do Estado do Paraná, na gestão Jaime Lerner (PFL), proibiu o desconto em folha de pagamento, da mensalidade dos associados à APP-SINDICATO por duas vezes. A primeira no início do ano após os embates entre o governo e os professores quando da criação do Paraná Educação, empresa privada encarregada de contratar e gerir os recursos humanos do sistema educacional do Estado. A segunda após as eleições, em que foi reeleito, quando dos embates na discussão do Plano de Carreira, alegando inclusive que os professores teriam feito campanha eleitoral contra sua candidatura. Situação semelhante já havia acontecido, no governo Paulo Maluf no período da ditadura militar.